



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

---

**LARISSA TEIXEIRA SOARES - 18/0124803**

**Navegação do Araguaia e Educação Indígena: o projeto de  
Couto de Magalhães para Goiás**

BRASÍLIA

2023

**LARISSA TEIXEIRA SOARES - 18/0124803**

Artigo

**Navegação do Araguaia e Educação Indígena: o projeto de  
Couto de Magalhães para Goiás**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História  
do Instituto de Ciências Humanas da  
Universidade de Brasília como requisito  
parcial para a obtenção do grau de  
licenciado/bacharel em História

Orientadora: Dra. Neuma Brilhante

BRASÍLIA

2023

LARISSA TEIXEIRA SOARES - 18/0124803

## **Navegação do Araguaia e Educação Indígena: o projeto de Couto de Magalhães para Goiás**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de História  
do Instituto de Ciências Humanas da  
Universidade de Brasília como requisito  
parcial para a obtenção do grau de  
licenciado/bacharel em História

Brasília, 21 de dezembro de 2023

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Neuma Brilhante - Universidade de Brasília  
Orientadora

---

Prof. Dr. José Inaldo Chaves - Universidade de Brasília  
Avaliador

---

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa - Universidade de Brasília  
Avaliador

## RESUMO

Este artigo teve como tema o projeto de Couto de Magalhães para Goiás. Partiu da hipótese de que a Empresa de Navegação a Vapor do Rio Araguaia, criada em 1868, e o Colégio Isabel, em 1871, se relacionam dentro de um mesmo projeto desenvolvido por Couto de Magalhães para a província de Goiás. Para alcançar o objetivo de relacionar ambas empreitadas, seguiu a metodologia de análise de fontes primárias e revisão bibliográfica. Sendo as fontes, relatórios dos presidentes da província de Goiás, no período de 1868 a 1877, e dois livros de Couto de Magalhães: Viagem ao Araguaia, de 1863, e O Selvagem, de 1876.

Ao longo do artigo, concluiu-se que o projeto de Magalhães foi amplo, se relacionou aos usos do Araguaia e dentro dos parâmetros da época, tinha objetivo civilizador. Couto de Magalhães ficou na diretoria tanto do colégio, quanto da empresa, até 1877. Durante esse período cumpriu parcialmente seus objetivos.

**Palavras-chave:** Goiás; século XIX; Couto de Magalhães; navegação no Araguaia; educação indígena

## ABSTRACT

This article had as theme the Couto de Magalhães' project to Goiás. It's starts with the hipotesis that the Rio Araguaia's Steam Navigation Company, created in 1868, and the Isabel School, in 1871, are related in a same project developpt by Couto de Magalhães to the Goiás Province. To reach the goal of relate both undertaking, the methodology of analisis of primary sources and literature review was followed. The sources were the Goiás province presidents reports between 1868 and 1877, and two books whitten by Couto de Magalhães: Travel to Araguaia, from 1863, and O Selvagem, from 1876. During this article, was concluded that the Magalhães project was wide, related to Araguaia's uses and, within the parameters of that time, it had a civilizatory goal. Couto de Magalhães had been director of both school and company until 1877. During this time he partially fulfilled his objectives.

**Keywords:** Goiás; 19th century; Couto de Magalhães; Araguaia River navigation; indigenous education.

## INTRODUÇÃO

O administrador em Goyaz mais do que em outras províncias, tem obrigação, ou de pôr termo a esta longa inanição em que vivemos, ou de largar a carga e dizer: - não posso.

[...]

Longe de prosperar, a cidade de Goyaz tem decahido: quem passeia por seus arrabaldes sente-se constantemente entristecido pelo aspecto das ruínas que observa.<sup>1</sup>

No século XIX, Goiás era uma província grande, mas distante tanto em interesses gerais, quanto no acesso, e apesar das possibilidades a serem exploradas, era pobre. A agricultura se concentrava na subsistência, visto a dificuldade em fazer comércio com outras províncias em virtude dos deslocamentos. A pecuária, apesar de ser mais forte que a agricultura, não refletia em outras grandes possibilidades de investimento<sup>2</sup>. Além disso, ainda que o território de Goiás fosse um dos maiores do Império, a presença de povos indígenas em diversos lugares era considerado um problema, o que refletia em conflitos quando se tratava da ocupação e exploração da terra.

O debate para solucionar essas questões envolveu diversas personalidades, sendo José Vieira Couto de Magalhães uma delas. Magalhães foi um intelectual e político do Império que assumiu a presidência da província de Goiás de 1861 a 1864. Seu contato próximo com a região resultou em propostas que atuavam em duas frentes principais: a rota comercial e os indígenas.

Em 1868 foi responsável pela inauguração da Empresa de Navegação a Vapor do Rio Araguaia, tendo a dirigido até 1877. Tal empreitada elevou as expectativas de desenvolvimento para a província de Goiás, visto que facilitaria o contato com outras localidades e a nova rota comercial poderia gerar maiores interesses para a região.

Nesse mesmo período, Couto de Magalhães criou o Colégio Isabel voltado para a educação indígena. O colégio foi fundado em 1871 na região do Araguaia tendo como principal objetivo o ensino de primeiras letras, religioso e profissionalizante de forma a inserir os indígenas nos moldes da sociedade brasileira. Este projeto vinculava-se à

---

<sup>1</sup>MAGALHÃES, Couto de. Viagem ao Araguaia. Ed. Nacional. 1938. p.46. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/106>. Acesso em: 29 de junho de 2023

<sup>2</sup> SANTA CRUZ, Fábio S. Província Imensa e Distante: Goiás de 1821 a 1889. Paco e Littera, 2019.

proposição da navegação do Araguaia, uma vez que, com o elemento “selvagem”<sup>3</sup> contornado, a ocupação e usos da terra seriam facilitados.

O presente artigo, portanto, parte da hipótese de que a criação do Colégio Isabel e a navegação do Rio Araguaia se relacionam no projeto civilizador de Goiás intentado por Couto de Magalhães. Como mostra André Nunes de Azevedo, neste momento do século XIX, o ideal de progresso dialogava diretamente com a ideia de desenvolvimento da civilização.<sup>4</sup>

Para alcançar o objetivo geral de relacionar ambos os projetos em proposta de desenvolvimento de Goiás, este trabalho segue como metodologia a análise de fontes primárias e revisão bibliográfica. As fontes usadas foram os relatórios dos presidentes da província de Goiás e duas obras de Couto de Magalhães: *O Selvagem* e *Viagem ao Araguaia*.<sup>5</sup>

A escolha dos relatórios deu-se por se tratarem de documentos com periodicidade anual e que contemplam diversos tópicos da administração da província, como a catequese e a navegação dos rios. Esse fato permite acompanhar o desenrolar tanto do projeto da navegação, quanto o da escola. Já os dois livros de Couto de Magalhães dialogam com as discussões gerais da época sobre ambos os temas. Além disso, demonstram as próprias percepções do autor, o que é fundamental para construção da hipótese do projeto civilizador para Goiás.

O artigo divide-se em três tópicos principais: o primeiro tem como foco explorar a situação geral da Província de Goiás, colocando-a dentro do contexto das ideias da época, como o que significava ser um sertão e o que era o progresso; a segunda e terceira partes focam nos elementos principais deste artigo, partindo tanto das ideias gerais quanto dos posicionamentos de Couto de Magalhães. Enquanto aquela trata sobre

---

<sup>3</sup> A designação de indígenas como selvagens era algo muito presente no século XIX. Isso se revela, por exemplo, na obra escrita por Couto de Magalhães “O Selvagem”, ou mesmo nos relatórios de presidentes de província. Tal uso será melhor trabalhado ao longo deste texto.

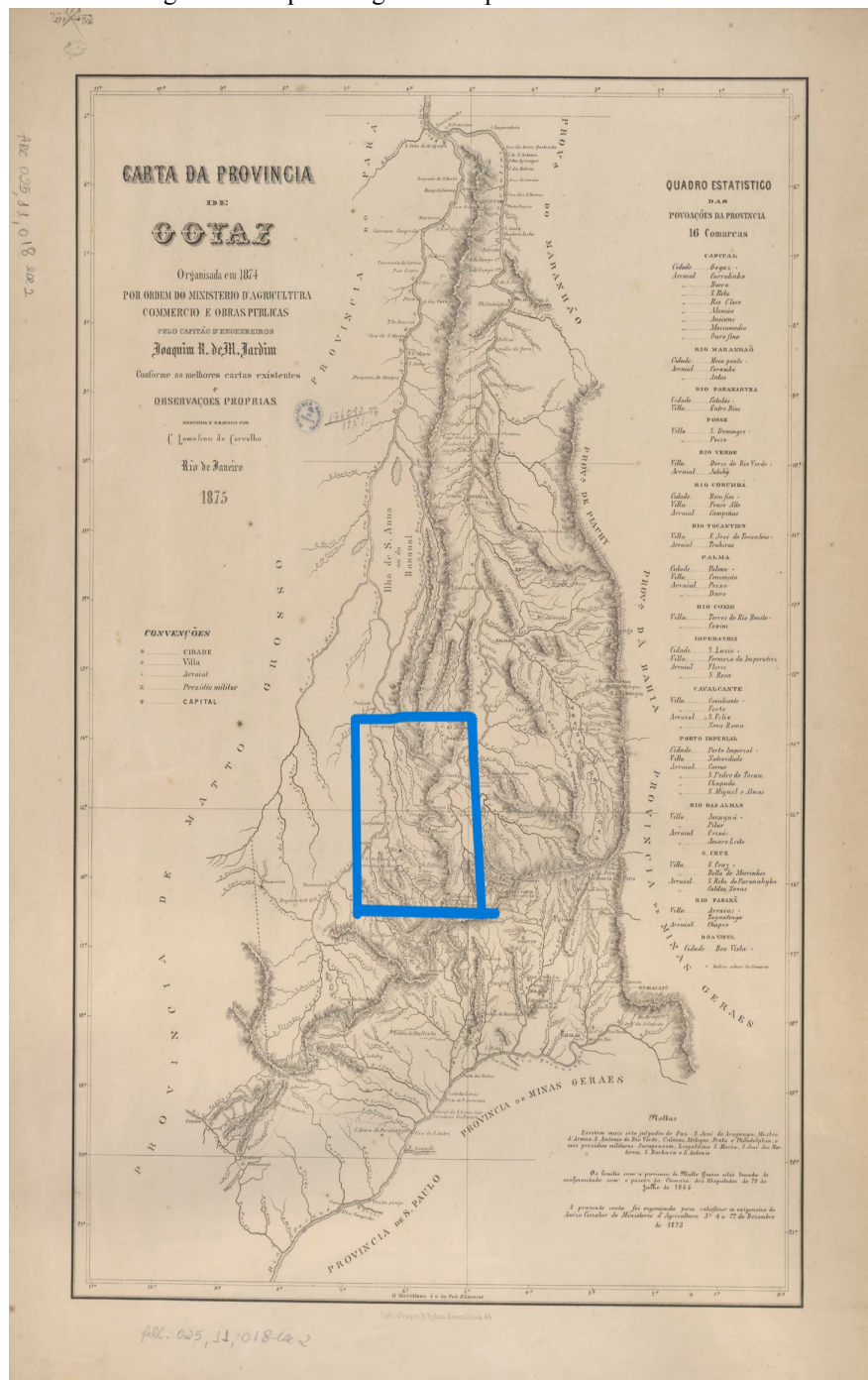
<sup>4</sup> DE AZEVEDO, André Nunes. Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico. *Intellectus*, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/17318/12773>. Acesso em: 15 de jul. 2023

<sup>5</sup> Foram usados relatórios dos presidentes da província de Goiás dentro do corte cronológico de 1868 a 1877 disponíveis em <http://ddsnext.crl.edu/titles/168/items>; os livros: MAGALHÃES, Couto de. *O Selvagem. Typ. da Reforma*. Rio de Janeiro. 1876. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182909>. Acesso em: 29 de junho de 2023 e MAGALHÃES, 1938

as considerações de um comércio fluvial para a província, esta discute sobre o envolvimento da temática indígena no período.

## SERTÃO GOIANO

Figura 1 - Mapa cartográfico da província de Goiás 1875



Fonte: JARDIM, Joaquim R. de M. **Carta da província de Goiaz**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. a Vapor P. Robin, 1875. 1 mapa, 70 x 50. Destaque meu

Goiás era uma das maiores províncias do Brasil Império, porém o seu vasto território não se desdobrou em produção de riqueza, ao contrário, como dito anteriormente, era predominantemente pobre. A ocupação do território goiano, tal qual em outras regiões do interior brasileiro, se relacionou muito diretamente com a descoberta de ouro. Ainda que os movimentos de mineração do século XVIII tenham formado povoados e agitado localidades, não foi duradouro e o século XIX já vivia uma forte decadência. Além disso, a grande extensão do território somado a sua baixa densidade populacional e às dificuldades de locomoção, por falta de boas estradas por exemplo, mais a forte presença indígena, refletiam em povoados ou cidades mais isoladas<sup>6</sup> tanto entre si, quanto em relação às demais regiões do Brasil: “Distante do litoral, da Corte e das maiores cidades do Império, vivia isolada, ainda que em pleno ‘coração do território’”<sup>7</sup>. Esse fato reverbera em diversos aspectos sobre as vivências de Goiás no Império.

Após a queda da mineração, Goiás não teve um produto que refletisse em uma grande empolgação econômica. No século XIX, a pecuária era a atividade mais rentável da província pois não demandava grandes investimentos. Isso porque o cuidado com os animais precisava de pouca mão de obra, a reprodução era natural, e a alimentação era predominantemente pasto. Ainda assim, não representava uma atividade que desse grande riqueza para a região. Já a agricultura era em sua maioria voltada para o comércio interno e, em muitos casos, para subsistência. Os utensílios e técnicas agrícolas eram, em sua maioria, rústicos e improdutivos e o que predominava na província era o cultivo caseiro de alimentos, o plantio ocasional e a extração de gêneros nativos da região.<sup>8</sup> Couto de Magalhães aborda em *Viagem ao Araguaia* que essa realidade de um comércio predominantemente interno influenciava na produção, visto que se um fazendeiro trabalhasse com um produto em maior escala, perderia a maior parte dele pela falta de consumo.<sup>9</sup> Outro aspecto impactante na agricultura goiana é a problemática da mão de obra.

Goiás não contava com uma forte presença da mão de obra escrava negra, a maior parte dos indígenas da região ainda eram considerados um “elemento selvagem”,

---

<sup>6</sup> ABREU, Sandra Elaine Aires de. A instrução primária na província de Goiás no século XIX. 2006. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p.26

<sup>7</sup> GARCIA, 2010, apud SANTA CRUZ, 2019, p.4

<sup>8</sup> SANTA CRUZ, 2019, p. 56

<sup>9</sup> MAGALHÃES, 1938 p. 54



ou seja, não representavam uma força de trabalho e, além disso, Santa Cruz aponta que muitos homens e mulheres livres consideravam os trabalhos agrícolas indignos.

Faltavam escravos para a lavoura e muitos goianos livres resistiam tenazmente ao trabalho agrícola porque consideravam que o esforço braçal na agricultura era uma atividade indigna, destinada à escravaria. Em uma sociedade discriminatória como a do Império do Brasil, esta era uma ideia comum. Tudo isso fazia com que a produção permanecesse em patamares reduzidos<sup>10</sup>

Dessa forma, a província goiana vivia certa estagnação. Como apresentado na primeira citação deste artigo, mesmo a capital vivia problemas e a precariedade se mostrava pelos meios materiais, como o padecimento de edificações, mas também pelo desânimo em relação às mudanças. Couto de Magalhães aponta que a impressão que as pessoas de fora de Goiás tinham era de uma apatia que parecia dominar tudo. Ele, particularmente, coloca que havia “vivacidade dos meninos” e que tinha-se aptidão para as ciências, artes e ofícios mecânicos, mas que “tudo isso esteriliza-se: o clima vai exercendo pouco a pouco sua acção deletéria, de modo que fenecem ordinariamente em botão essas flores que prometiam abundantes fructos.”<sup>11</sup> A realidade de pobreza e estagnação, portanto, iam se mantendo.

A pobreza em Goiás immobilizava o governo provincial. Pequena arrecadação de impostos, escassez de recursos financeiros e impossibilidade de promover grande parte dos melhoramentos necessários foram problemas que atingiram todas as presidências provinciais. A impressão era a de um círculo vicioso: a pobreza impedia que fossem realizados investimentos governamentais e estes investimentos pareciam indispensáveis para se debelar a pobreza.<sup>12</sup>

Portanto, fica claro que havia uma percepção de decadência associada à província de Goiás pelas suas condições. Conforme Carla Alves, o discurso de empobrecimento da Província causou uma representação do atraso no cenário econômico, político e social em Goiás durante todo o século XIX.<sup>13</sup> Mas além disso, a essa imagem se soma a construção da ideia de sertão, a classificação de Goiás como um, e as aplicações disso dentro da realidade do Brasil Imperial.

<sup>10</sup> SANTA CRUZ, 2019, p. 56

<sup>11</sup> MAGALHÃES, 1938, p.50

<sup>12</sup> SANTA CRUZ, 2019, p.60

<sup>13</sup> ALVES, Carla Edieni da. Rio Araguaia : de utopia de salvação à praia dos goianos. 2017. 120 f. Dissertação( Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) - Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis,GO. p..13

O século XIX foi marcado pela construção do Brasil enquanto Nação. Nesse contexto, estão atreladas percepções de como já era e quais deveriam ser os padrões definidos para a sociedade e o ideal de sertão se faz muito importante nessa realidade. Janaina Amado aponta que “sertão” constitui, desde o período colonial, uma categoria de entendimento do Brasil.<sup>14</sup>

Inserida pelos portugueses e depois apropriada pelos brasileiros, a ideia de sertão estava associada a lugares vastos, distantes, isolados, pouco habitados e de natureza selvagem.<sup>15</sup> Além disso, autores como Amado (1995), Coser (2005) e Sena (2014) apontam que, pelo menos no século XIX, a realidade brasileira era vista como dual, tendo destaque para sertão/litoral, barbárie/civilização. Ao litoral, assim, era atribuído o conhecido, o civilizado, o cultural, ao sertão, o desconhecido, bárbaro, de natureza selvagem.

Mais do que refletir em como era a realidade, essa construção de pensamento também se relacionava aos moldes que a sociedade deveria seguir, e modelo era a ideia de civilidade. Isso significava o ser urbano, polido, cortês, ligado aos bons costumes, as leis, o trabalho e a religião.<sup>16</sup> Contribuindo com essa perspectiva, Azevedo conclui que a ideia de progresso não dizia respeito tão somente a questões materiais, mas se relacionava diretamente à noção de civilização. Segundo ele, “no Brasil Império, a ideia de progresso encontra-se em consubstancialidade com a de civilização, ou seja, no Brasil do Segundo Reinado, buscar o progresso significou buscar o desenvolvimento da civilização”<sup>17</sup>. No desenvolvimento de seu argumento, o autor traz a definição de civilização contida no dicionário Silva, de 1877:

O ato de civilizar. O estado do povo civilizado. O adiantamento, o progresso, o desenvolvimento do estado social, que se manifesta na perfeição das leis, na brandura dos costumes, nas grandes obras materiais, e na cultura intelectual, representada nas ciências, nas letras e nas artes.<sup>18</sup>

O enraizamento desse ideário dual, de que o progresso está na população cortês, urbana, civilizada, se apresenta na obra de Couto de Magalhães. Em diversos momentos

---

<sup>14</sup> AMADO, Janaina. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995, p.146

<sup>15</sup> AMADO, 1995, p.148

<sup>16</sup> COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. **Caderno CRH**, v. 18, n. 44, 2005.

<sup>17</sup> DE AZEVEDO, 2014 p.13

<sup>18</sup> SILVA apud DE AZEVEDO, 2014 p.13

na sua viagem pelo rio Araguaia, ele exclama como o progresso ainda não chegou à região, apesar do seu potencial.

Quando chegará, meu Deus, disse eu a mim mesmo, quando chegará o dia em que se verão espelhar florescentes cidades nas margens destes rios! Quando é que se verá o homem arrancar da posse das feras e das tribus selvagens dos índios tanta riqueza que ahi jaz sepultada!<sup>19</sup>

Vale destacar que essa noção de que havia potencial e riquezas em Goiás não era algo exclusivo de Magalhães. Ainda que vivesse o predomínio da decadência e pobreza citadas, isso não significava que não haviam produtos ou belezas oriundos da região. Produtos como fumo, pólvora e marmelada - muito consumida na própria província, no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e também consumida na Guerra do Paraguai - eram considerados de qualidade. Além disso, o Visconde de Taunay teceu comentários de que em Goiás haviam tesouros naturais que eram tão abundantes quanto abandonados.<sup>20</sup> Essa ideia de abandono das riquezas naturais também pode ser associada à consideração de que se mantinha a natureza selvagem, como colocado pelo próprio Magalhães e, portanto, precisava-se levar a civilização.

Outro aspecto que também se manifesta é a condescendência vinculada a essa percepção de superioridade. Nota-se que no ideal da época, levar a dita civilidade ao indígena era uma forma de gentileza, de salvá-los de uma situação naturalmente ruim. Isso se exemplifica ainda em Couto de Magalhães, que ao visitar uma aldeia e ter contato também com os líderes indígenas, chamados ali de capitães, sente pena: “A família dos capitães compunha-se de gente mais robusta uma das filhas do Carajá era extremamente bella e tinha um ar de innocencia e bondade, tanta delicadeza nas fórmãs, que fazia dó vel-a assim naquele estado tão barbaro.”<sup>21</sup>

Com base no que foi dito, nota-se o enraizamento da ideia de que os sertões eram regiões em que a civilização, o progresso não havia se estabelecido. Para Sena, Goiás é parte integrante dessa construção ideológica, pois foi definido, desde o período colonial, como o desconhecido, o longínquo e o selvagem.<sup>22</sup> Uma chave para a mudança da situação goiana estava, nas visões da sociedade imperial, no estabelecimento das vias

---

<sup>19</sup> MAGALHÃES, 1938, p. 78

<sup>20</sup> SANTA CRUZ, 2019, p. 9

<sup>21</sup> MAGALHÃES, 1938, p. 143

<sup>22</sup> SENA, Custódia Selma. Uma narrativa mítica do sertão. En: Avá, nº 17. 2014, p.47

de comunicação, que traria a aproximação, e o no trato da presença indígena. Couto de Magalhães articula ações nessas duas frentes.

## NAVEGAÇÃO

A prosperidade desta província depende do Araguaia, esse imenso rio, que constitue uma verdadeira maravilha, já por sua belleza, já pela fertilidade das regiões que atravessa, já por offerecer uma navegação de cerca de 700 leguas. Para ahi o goyano deve dirigir suas vistas, como o israelita as dirigia para a columna de fumo que o guiava à Terra da Promissão. O futuro é grandioso com a navegação do Araguaia; sem ella, tudo é rachilico e mesquinho, como tem sido até o presente.<sup>23</sup>

José Vieira Couto de Magalhães foi um intelectual, escritor, explorador e político. Nascido em Diamantina, Minas Gerais, em novembro de 1837, se tornou doutor em Direito em 1860 e logo entrou na vida política. Foi Secretário de Governo de Minas Gerais, presidente das províncias de Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo, se destacou na Guerra do Paraguai ao conseguir repelir a invasão em regiões do Mato Grosso e, por esse feito, foi consagrado Brigadeiro Honorário do Exército. Magalhães se afastou da vida política após a proclamação da República e faleceu no Rio de Janeiro, em 1898.

Couto de Magalhães foi um estudioso com diferentes interesses. Falava inglês, italiano, francês, alemão e tupi e é considerado o fundador dos estudos folclóricos do Brasil, realizou expedições pela região do Araguaia – o que rendeu trabalhos como *Viagem ao Araguaia(1863)*, *O Selvagem(1876)*, *Anchieta e as línguas indígenas*, entre outros.<sup>24</sup> Essas obras marcam dois grandes assuntos desenvolvidos por Magalhães ao longo de sua trajetória: a importância da navegação e da questão indígena para a realidade brasileira, dando foco à província de Goiás.

Desde que foi presidente da província de Goiás (1861-1864) e realizou a viagem pelo rio Araguaia, Couto de Magalhães se posicionou como defensor e incentivador da navegação fluvial como meio de melhorar a situação goiana, mas ele não foi o único. No século XIX, o Império passa a ver os rios como forma de propiciar o comércio das regiões centrais com outras partes do território. Além disso, o transporte fluvial era

---

<sup>23</sup> MAGALHÃES. 1938, p.41

<sup>24</sup> BORGES, Luiz Carlos; DE MEDINA, Manuela Brêtas; MONTEIRO, Livia Nascimento. Ciência, imaginário e civilização em Couto de Magalhães. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 5, n. 2, p. 250-266, 2012. p.256

considerado superior por ser mais barato, rápido e cômodo do que por terra. E somado a isso, segundo Santa Cruz, os barcos a vapor eram símbolos de progresso e modernidade.<sup>25</sup>

Presidentes da província de Goiás, segundo Oliveira, passam a afirmar que os rios seriam como novas fronteiras a serem conquistadas e ocupadas sistematicamente, para possibilitar a ligação com o litoral, representando o caminho e o meio de salvar a província do marasmo em que se encontrava.<sup>26</sup> Em 1858 o presidente Francisco Januário da Gama Cerqueira exemplifica essa questão.

Todos vós sabeis, melhor do que eu posso dizer-vo-lo, que só a navegação fluvial poderá corrigir os defeitos resultantes da posição central desta província, e fazer desaparecer as enormes distâncias e dificuldades de transporte que, excluindo a possibilidade de serem levados os gêneros de sua produção aos grandes mercados do país, tem aniquilado quase completamente a sua lavoura e comércio.<sup>27</sup>

Partindo dessa e de outras falas, incluindo de Magalhães, nota-se como a situação goiana, de baixa produção e comércio, era muito associada à problemática das vias de comunicação. Além disso, é perceptível, mais uma vez, o reforço da ideia de que haviam “defeitos” inerentes ao centro do território brasileiro.

Os rios Araguaia e Tocantins apresentavam grande potencialidade de navegação o que facilitaria a conexão entre Goiás e as províncias do norte. O próprio Couto de Magalhães considerava a navegabilidade dos dois rios, contudo, na situação de se ter de escolher concentrar os investimentos em apenas um deles, indicava o Araguaia porque teria menos barreiras físicas. O livro *Viagem ao Araguaia* (1863) acabou sendo uma defesa argumentativa de tal escolha, visto que o rio Araguaia é tipicamente brasileiro e se relaciona a várias regiões, por ser um rio fronteira: nasce na Serra dos Caiapós, em Goiás, em uma região que faz fronteira com Mato Grosso, percorre 2.115 km, nos quais marca também os limites de Pará e do atual Tocantins, que, no segundo reinado, era Goiás, e deságua no rio Tocantins.

Em *Viagem ao Araguaia*, Couto de Magalhães não apenas faz uma descrição da fauna, flora, aldeias ou povoados que entrou em contato, mas defende a sua tese da

---

<sup>25</sup> SANTA CRUZ, 2019, p.93

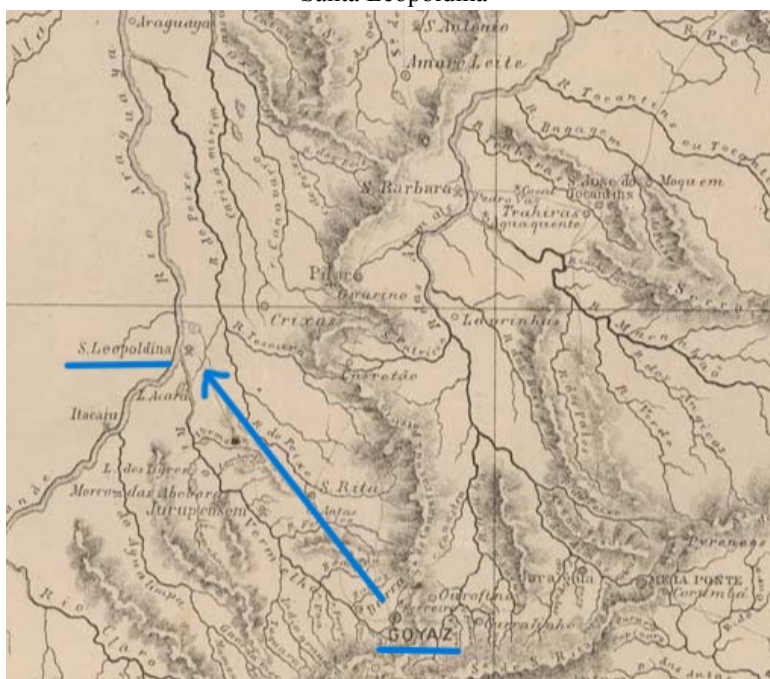
<sup>26</sup> OLIVEIRA, 2008 apud CARVALHO, Francisquinha Laranjeira; CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. Rio Araguaia: O caminho dos sertões. *História Revista*, v. 14, n. 2, p. 7, 2009.

<sup>27</sup> CERQUEIRA, 1958 apud SANTA CRUZ, 2019, p.12

importância do rio para Goiás. Um dos pontos principais do argumento de Magalhães é que a navegação do rio traria desenvolvimento para a indústria - vale destacar que a agricultura e pecuária eram consideradas indústrias - e o comércio, pois facilitaria as vias de comunicação e isso se aplicaria também às províncias do Mato Grosso e Pará.

Outro aspecto que demonstra a visão de Couto de Magalhães sobre a importância do rio Araguaia foi a defesa da mudança da capital. Magalhães, como dito anteriormente, via no Araguaia a possibilidade de progresso para Goiás. Fez inclusive uma associação com o rio Nilo, na qual as situações de cheia e seca tornavam o solo fértil. Mas mais do que isso, projetava que as regiões do Araguaia poderiam ser o centro da atividade comercial e por isso a capital deveria ser mudada para lá. Por diversas condições como a beleza do lugar, a existência de rios navegáveis que possibilitariam a comunicação com a parte central da província e a distância da então capital, escolheu Santa Leopoldina.<sup>28</sup> Ainda que a mudança de capital não tenha acontecido, tal sugestão demonstra como o projeto de Couto de Magalhães para Goiás era amplo e estava vinculado aos usos do Araguaia.

Imagem 2 - Aproximação do mapa da província de Goiás de 1875, destacando a então capital Goyas e Santa Leopoldina



Fonte: JARDIM, Joaquim R. de M. **Carta da província de Goyaz**. Rio de Janeiro, RJ: Lith. a Vapor P. Robin, 1875. 1 mapa, 70 x 50. Recorte e destaque meu

<sup>28</sup> MAGALHÃES, 1938, p.218

Em relação a uma análise mais concreta da importância do comércio fluvial para Goiás, o autor apresenta dados da diferença de valores, comparando peso com peso, do transporte por botes entre Santa Leopoldina e o Pará e da capital de Goiás e do Rio de Janeiro por terra, e demonstra que, pelo meio fluvial, seria mais barato.

Por esse calculo, vê-se que a arroba, partindo do Pará, chega a Goyaz com a despesa de 2\$239; que a arroba, partindo do Rio de Janeiro, chega a Goyaz com a despesa de 6\$411, isto é, o transporte por via do Rio de Janeiro é mais caro quasi 300%, do que pelo Araguaya.<sup>29</sup>

Complementado esse argumento, apresenta o ponto de que os preços se relacionam também às possibilidades dos dois tipos de transporte. O transporte com o uso de animais de carga tem limitações relativas ao limite de peso maiores do que os barcos. Essa limitação também influenciaria nos materiais transportados, visto que objetos muito pesados, que poderiam ser usados na agricultura, por exemplo, não chegariam na província por meio dos animais de carga. Fato esse que limitaria o desenvolvimento interno.

por via das estradas do sul, muitos objectos essenciaes a nossa industria aqui não podem chegar, como sejam grandes alambiques, cylindros de ferro etc. e mil outros instrumentos necessarios para a industria da canna, da extracção do ouro e diamante e para outras que jazem inexploradas até hoje por esse obstaculo.<sup>30</sup>

Além dos argumentos anteriores, que se relacionam mais com a importação, Couto de Magalhães também apontou que a navegação pelo Araguaia geraria impactos na exportação. A redução dos preços do transporte possibilitaria que, em conjunto com o aumento da produção, houvesse a exportação de produtos que anteriormente eram para o consumo interno.

depois de estabelecida regularmente a navegação, o transporte da arroba não nos poderá custar mais do que 2\$000; portanto, serão levados á categoria de generos exportaveis: o café, o algodão, o assucar, a aguardente, o fumo, a carne sêcca, o couro, a sola, o trigo, generos estes que facilmente abundarão no Araguaya e que, até agora, são produzidos na província quasi que exclusivamente para seu consumo.<sup>31</sup>

---

<sup>29</sup> MAGALHÃES, 1938, p. 63

<sup>30</sup> MAGALHÃES, 1938, p. 64

<sup>31</sup> Idem, p. 53

O forte posicionamento de Magalhães também se exemplifica em atitudes no governo. Ainda durante a sua presidência articulou ações que seriam facilitadoras para o desenvolvimento do projeto: interligou a capital de Goiás ao rio por estrada de melhor qualidade, incentivou a mudança de famílias para Santa Leopoldina, além de ter estimulado a criação de um novo povoado de São José do Araguaia, que ficava nas proximidades do rio.

Apesar dos esforços iniciais de Magalhães, o comércio pelo Araguaia demorou mais tempo para se estabelecer. Em 1867, quatro anos depois da publicação de *Viagem ao Araguaia*, o vice-presidente de Goiás, João Bonifácio Gomes de Siqueira, reforçou a necessidade de se resolver o problema das vias de comunicação. “É esta uma questão de vida, ou de morte para a província. Sem vias de comunicação por onde sejam facilmente transportados os gêneros de exportação e importação, não é possível o menor progresso.”<sup>32</sup>

A navegação a vapor no rio Araguaia foi inaugurada, por fim, por iniciativa do próprio Couto de Magalhães. Em 29 de maio de 1868, no porto de Santa Leopoldina, foi fundada a Empresa de Navegação a Vapor do Rio Araguaia. O vapor, pertencente à flotilha de Mato Grosso e posteriormente denominado Araguaya, foi desmontado, transportado por terra até Itacaiú no alto do Araguaia, onde foi remontado e desceu até Santa Leopoldina. No relatório de 1868, o presidente da província de Goiás apresenta o feito de Magalhães como de grande importância.

Dest'arte, vencendo todas as dificuldades e obstaculos, que a muitos parecião insuperaveis, soube elle conquistar para si um padrão de gloria indelevel e outorgar a esta provincia o maior dos beneficios que se lle podia actualmente fazer, e que lhe promete um futuro o mais lisongeiro do prosperidade e augrandeimento, abrindo-lhe o caminho para o commercio e civilisação.<sup>33</sup>

Além do engrandecimento de Couto de Magalhães, essa fala revela o enraizamento da ideia de que a civilização não tinha se estabelecido na província, mas que ainda tinha que ser construída. E, mais do que isso, como ela foi associada ao projeto de navegação.

---

<sup>32</sup> SIQUEIRA, 1867, apud SANTA CRUZ, 2019, p. 12

<sup>33</sup> Relatório que o exm. sr. desembargador João Bonifacio Gomes de Siqueira, 1o vice-presidente da provincia de Goyaz, leu na abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia no dia 1o de setembro de 1868. p.4



A empresa de navegação se iniciou como empreendimento privado do próprio Couto de Magalhães, e contratada pelo governo provincial de Goiás. Em 1873, foi transferida para a província, sob a direção do seu fundador. Em 1877 a empresa é novamente transferida ao domínio privado, mas agora do empresário João José Corrêa de Moraes.

A navegação passou a ser efetiva, ou seja, tendo regularidade e seguindo as viagens previstas, em 1870, ano em que a empresa contava com dois vapores. Ao longo da década de 70, os relatórios dos presidentes de província revelam que a empresa cumpriu com as obrigações de viagem, destacando o incremento do comércio com a província do Pará. Em 1872, o relatório aponta a compra de mais um vapor, vindo da Inglaterra. Além disso, destacou o emprego de indígenas na empresa, que mostram "aptidão" para aquele trabalho. O relatório revela, assim, o ideal da época de que o trabalho seria uma forma de levar a civilização para os indígenas.<sup>34</sup>

De forma geral, a empresa obteve sucesso, chegando a empregar cerca de 150 pessoas, distribuídas entre setores administrativos e entrepostos comerciais, executando funções como técnico de máquinas, mestre de convés, práticos, foguistas, carvoeiros, marinheiros, despenseiros, cozinheiros e criados.<sup>35</sup> Além de lucro, também impacta a vida ribeirinha. O fluxo migratório aumentou e o comércio influenciou os povoados.

Os serviços da navegação representaram, por um longo período, um meio de vida para o sertanejo, no processo de abastecimento de bens necessários à região como: sal, ferramentas, pólvora, utensílios domésticos, tecidos, couros de gado, meios de sola, peles de animais silvestres, fumo, algodão, cachaça, tapioca, rapadura e outros<sup>36</sup>

Couto de Magalhães deixou a diretoria da empresa no momento em que ela já se encontrava estruturada. Vale ressaltar que Magalhães exerceu a função de diretor do Serviço de Navegação do Araguaia sem remuneração. Esse fato, somado às outras ações, contribuíram para que os goianos considerassem Couto de Magalhães um grande nome de sua história.<sup>37</sup>

---

<sup>34</sup> Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da província, em 1.º de junho de 1872.p. 31-32

<sup>35</sup> CARVALHO, CAVALCANTE, 2009, p. 12

<sup>36</sup> Idem

<sup>37</sup> SANTA CRUZ, 2019, p. 87

Ainda que a empresa tenha dado certo sob o comando de Magalhães e pouco depois da sua saída, com o passar do tempo o novo empresário deixou de cumprir todas as viagens estabelecidas, alguns funcionários saíram pela remuneração baixa, e a empresa passou a dar prejuízo, sendo fechada no fim da década 1880.<sup>38</sup> Vale ressaltar que, mesmo durante a diretoria de Couto de Magalhães e os seus sucessos, a empresa não alcançou a expectativa de gerar grande impacto na província e de integrar-se com o litoral.

## INDÍGENAS

A temática da navegação e do comércio fluvial, desde o seu início, se relacionava com outros assuntos e um dos principais era a questão indígena. A província de Goiás contava com a presença de vários grupos étnicos que em grande parte ainda eram considerados um elemento selvagem, ou seja, na perspectiva da época, representavam um perigo para a ocupação do território e o uso do Araguaia.

Durante o Império, as políticas indigenistas<sup>39</sup> dialogavam diretamente com os intelectuais de sua época. Vânia Moreira aponta que, principalmente no período do Segundo Reinado, houve aflorados debates que foram registrados na Revista do IHGB acerca da temática indígena.<sup>40</sup> A partir disso, nota-se como as visões de mundo não eram homogêneas. De forma geral, a necessidade de catequização era um consenso no que se referia ao tratamento dos povos indígenas, contudo, as diferenças de opinião estavam na definição dos meios a serem empregados.

Francisco Adolpho de Varnhagen, um dos historiadores do Império, considerava os ideais e os valores cristão válidos como forma de redenção dos nativos, mas que essa realidade deveria ser atrelada ao uso da coerção e da força para se alcançar a submissão necessária para a catequização.<sup>41</sup> Por outra perspectiva, Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do IHGB, defendia proposta vista como mais branda. Para ele a guerra era uma problemática, pois gerava o distanciamento dos nativos. Nesse sentido,

---

<sup>38</sup> CARVALHO, CAVALCANTE, 2009, p. 13

<sup>39</sup> Conforme Sampaio, as políticas indigenistas dizem respeito ao “conjunto de medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas” SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. O Brasil Imperial (1808-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, p. 175-206, 2009, nota de rodapé 10, p.5

<sup>40</sup> MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. Revista brasileira de História, v. 30, p. 53-72, 2010.

<sup>41</sup> BALDUINO, Ana Paula. Educação indígena no Império: a Colônia Orfanológica Agrícola e Industrial Isabel e o projeto pedagógico dos capuchinhos (1874-1889). 2013, p. 27-30

propunha o aprendizado da língua nativa e a educação, principalmente das crianças, como ideias a serem seguidas pelos missionários para que a catequese fosse bem sucedida.<sup>42</sup>

Vale lembrar que os debates sobre as políticas indigenistas são necessidades do Império, ou seja, se relacionam a temas que estavam muito presentes, como a mão de obra e a questão de terras. Principalmente nos sertões, para que houvesse progresso, precisava-se, entre outras coisas, que novas terras fossem ocupadas e desenvolvidas, que, por sua vez, precisavam de mão de obra. Kaori Kadoma aponta que esses dois eixos não eram excludentes ou hierarquizados, mas dialogavam e se conectavam, visto que a dominação e exploração de uma terra se relacionava com a questão do trabalho.<sup>43</sup> Esse raciocínio encontra-se em *O Selvagem*, no qual Couto de Magalhães afirmou que dominar o “elemento selvagem” resultaria na possibilidade de uso de dois terços do território brasileiro ocupados por indígenas, além de “um milhão de braços aclimados”<sup>44</sup> para trabalhar nas indústrias extrativas e pastoris que se desenvolveriam no interior do país.

Outro elemento fundamental e que sempre acompanhou as políticas indigenistas, foi a ideia de civilização. Nesse ponto, nota-se novamente o contexto da época dentro da perspectiva dual da sociedade imperial. Como falado por Rodrigo Turim, o debate dos letrados sobre a temática indígena se pautava na contraposição do civilizado/selvagem. Para esse autor, tal qual a contraposição cristão/pagão, esses conceitos opostos traziam a lógica de conversão: como um pagão pode ser convertido, o selvagem poderia ser entendido como um ainda não civilizado.<sup>45</sup>

Mary Karasch reafirma o fato das políticas indigenistas se relacionarem às questões do Império ao expor a ênfase no aspecto econômico, ou seja, o indígena como um trabalhador, em detrimento do foco na conversão. No complemento do argumento, a autora mostra como não havia, dentro de Goiás, uma hegemonia sobre a política indigenista a ser aplicada. Segundo a autora, a percepção e o modo de ação dos colonos se relacionava com as dinâmicas locais: nas regiões em que se destacava a agricultura, via-se a necessidade dos indígenas enquanto mão de obra, ainda que fosse forçada; já

---

<sup>42</sup> BALDUINO, 2013, p.24-25

<sup>43</sup> KODAMA, Kaori, apud SAMPAIO, 2009, p. 21

<sup>44</sup> MAGALHÃES, 1876, p.VIII

<sup>45</sup> TURIN, Rodrigo. O "selvagem" entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. *Varia Historia*, v. 28, p. 781-803, 2012.

quando a pecuária era o foco, a lógica era de extermínio. Isso porque, como dito anteriormente, o trabalho pastoril não precisa de muitas pessoas, nesse sentido, os indígenas eram vistos como ameaça.<sup>46</sup>

Partindo do que foi exposto, é lógico dizer que as políticas indigenistas em Goiás foram sendo desenvolvidas em conformidade com as consideradas necessidades provinciais. E, como tratado no tópico anterior, para Couto de Magalhães e outros presidentes da Província, a navegação era uma necessidade maior. Portanto, conforme David Caume

a política indigenista implementada na região - seja formando os trabalhadores necessários à tripulação dos barcos e ao abastecimento das grandes fazendas da região através da catequese, seja expulsando os índios para áreas cada vez mais afastadas das margens dos rios - está intimamente relacionada à questão da navegação dos rios Araguaia e Tocantins, vista como uma saída para a decadência e o isolamento da Província, vinculada à expansão da atividade pecuária na região norte de Goiás.<sup>47</sup>

Os presídios são um dos aspectos que associa diretamente a política indigenista com a navegação do Araguaia, sendo inclusive visto como um pré-requisito. Os presídios já eram entendidos desde antes do Império como fortificações militares associadas à conquista de territórios, ao povoamento, à defesa e ao desenvolvimento da agricultura. Na segunda metade do século XIX, sofreram certa reformulação, que os associou ao comércio fluvial.

Em 1850, adotava-se novo regulamento para as instalações dos presídios fundados às margens do rio Araguaia. É o decreto nº 750, de dois de janeiro de 1850, segundo o qual ficavam definidas suas finalidades: implantação de pontos militares destinados a proteger e auxiliar a navegação do Araguaia; atrair pessoas para suas margens e com o auxílio da catequese ensinar a cultura dos colonos.<sup>48</sup>

A ordem dos presídios era manter um bom relacionamento com os indígenas. Isso se relaciona com o já citado fato de que haviam intelectuais e políticos no Segundo Reinado que defendiam ações não violentas ou consideradas mais brandas. Ainda assim, casos de abuso e violência como sequestro, estupro e escravização aconteciam. Além disso, em larga escala, ocorriam ataques contra povoados indígenas para promover

---

<sup>46</sup> KARASCH, Mary, Catequese e cativo: Política indigenista em Goiás, 1780-1889. Cunha, Manuela Carneira da (org.). História dos índios no Brasil. p. 297-412. São Paulo. Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP. 1992

<sup>47</sup> CAUME

<sup>48</sup> ALVES, 2017, p.22

saques, conquistar os territórios ou afugentar os nativos para locais mais distantes, afastando-os dos colonos protegidos pelos presídios.<sup>49</sup>

O posicionamento de Couto de Magalhães frente à temática indígena é percebido desde a sua presidência na província de Goiás e se relaciona com as políticas vistas como mais brandas. Em *Viagem ao Araguaia*, os eixos fundamentais da política indigenista de Magalhães já se apresentavam como sendo a questão da língua e do trabalho. O contato com grupos indígenas o levou a considerar estúpido obrigar que aprendessem português sem o uso de intérpretes.<sup>50</sup> Essa consideração da importância do conhecimento da língua se materializa anos depois em *O Selvagem*, publicado em 1874. A obra foi dividida em duas partes: a primeira incorporou o que ele chamou de curso de língua Tupi, no qual apresentou aspectos estruturais da língua, além de lendas escritas em português e em tupi; a segunda é uma análise das origens e costumes indígenas.

No que diz respeito ao trabalho, Magalhães considerou que esse seria uma opção mais barata e mais rápida de civilizar os indígenas do que a catequese.

Quanto á catechese, parece-me tambem que, em vez de despender sommas consideraveis em brindes, que em nada aproveitam aos selvagens, e que não os chamam a civilização, como a experiência o tem demonstrado, melhor fora obrigar-os a servirem de remadores, para o que sao excellentes mediante um pequeno estipendio.

[...] Esta medida empregada com discreção chamal-os-ia bem depressa á verdadeira civilização, isto é, ao amor pelo trabalho, pela familia e pela ordem.<sup>51</sup>

Ainda em *O Selvagem*, como citado anteriormente, Couto de Magalhães deixou claro a sua consideração sobre a importância que os indígenas poderiam exercer na ampliação da oferta de mão de obra brasileira. Para isso, contudo, os indígenas precisavam ser civilizados e, para esse fim precisavam entender o português. O uso de intérpretes se torna, deste modo, o elemento fundamental para a dinamização da civilização. Porém, o interesse dos brasileiros em estudar línguas nativas era algo improvável e, portanto, uma barreira. Nesse contexto, a proposta era a de que os próprios indígenas fossem educados e atuassem como intérpretes e intermediários da relação homem civilizado/ homem não civilizado.

---

<sup>49</sup> SANTA CRUZ, 2019, p.90-91

<sup>50</sup> MAGALHÃES, 1938, p. 143

<sup>51</sup> Idem, p.212

Mas se não é possível fazer os brasileiros estudarem as linguas selvagens, é possível, é fácil educar meninos selvagens que, continuando com o conhecimento da lingua materna, sejam nossos interpretes, o laço entre a civilização aryaná de que nós somos os representantes, e essa civilização aborigene que ainda não transpôz os limites da idade de pedra, e de que elles são os representantes.<sup>52</sup>

Com tais ideias em mente, foi criado o Colégio Isabel, apoiado pelo governo, diretamente pela princesa Isabel, com o intuito de fornecer o ensino primário, religioso e profissionalizante a meninos e meninas de diferentes povos indígenas, e, portanto, servir à “causa da civilização”.<sup>53</sup> Couto de Magalhães foi o idealizador do projeto e encarregado de dirigir o colégio desde a sua inauguração, em 1871, até 1877.

Os relatórios dos presidentes da província apresentados durante aquele período abordaram as atividades do colégio e mostram que foi sendo cumprido, lentamente, o seu objetivo civilizador. Ao longo dos anos, o colégio manteve entre 20 e 50 alunos, de diversos povos indígenas, sempre com predominância de meninos. Os alunos vinham de aldeamentos, e pelo menos no início, pelo convencimento dos pais por meio de brindes como machados, anzóis, calças, camisas, etc. Mesmo assim, principalmente na década de 1880, há registros de sequestro ou venda de indígenas para a escola.<sup>54</sup> Outro ponto importante é que, ainda que não fosse proibida a presença de adultos, a preferência era que os indígenas fossem crianças. Isso se relaciona ao fato de que consideravam que a assimilação dos moldes civilizados da sociedade brasileira seria mais facilmente concretizada com crianças.

Como dito anteriormente, uma das vertentes principais do colégio era o ensino profissionalizante e, inicialmente, ele foi voltado para a formação de trabalhadores que constituiriam a tripulação dos barcos no Araguaia. Para isso, havia a disciplina de Mecânica, ministrada pelo engenheiro Alexandre Mac Gregor Wilks, e os ofícios de ferreiro e carpinteiro voltados para a prática naval.<sup>55</sup> A aplicabilidade desse fato foi mostrada no relatório de 1872: “a empresa tem mais a vantagem de empregar em diversos ramos dos seus serviços os indígenas que mostram muita aptidão, e se vão habilitando para a vida social”<sup>56</sup>. Apesar disso, as aulas não tiveram o sucesso esperado,

<sup>52</sup> MAGALHÃES, 1876, parte 2, p.94

<sup>53</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em o 1.o de julho de 1871, p.12

<sup>54</sup> CAUME, 1997, p. 109

<sup>55</sup> Idem, p.111

<sup>56</sup> Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1.o de junho de 1872.

houve dificuldades e resistências a disciplina de mecânica e poucos alunos teriam feito parte da empresa de navegação. Esse fato levou à reformulação do colégio, que se voltou para a agricultura e a pecuária, principalmente depois da criação da Fazenda Dumbasinho, em 1876, que servia como espaço para ensino prático, além de também estar associada a um sustento do colégio.

Outro ponto que se destaca é que havia distinção de ensino para meninos e meninas. As aulas de mecânica, carpintaria etc, eram para os meninos. Já as meninas eram ensinadas nos trabalhos de agulha e tear. Além disso, no aspecto civilizador, de assimilação na sociedade brasileira, era apoiado o casamento das alunas e o governo, no caso o Ministério de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que era responsável pelo colégio, forneceria um dote e um enxoval para o início da vida de casadas.<sup>57</sup>

Ainda que o colégio tenha mantido certa regularidade de alunos, isso não significou uma harmonia: houve problemas de resistência dos alunos, refletido inclusive em fugas.

Os indígenas expressavam formas de resistência ao processo educativo desenvolvido no Colégio, estranho à sua cultura, expressas em comportamentos como interesse seletivo pelas matérias - o fracasso das aulas ministradas pelo engenheiro inglês Alexander Mac Gregor é um grande exemplo disso, revolta, desobediência, agressividade, ausência, desordem...<sup>58</sup>

Além disso, mesmo que em termos formais fosse proibido, a escola não era livre de violência ou abusos. Ainda que o relatório não especifique o porquê e as condições, se foi acidente, dentro ou fora do colégio, em 1877, ocorreram mortes de alunos do colégio: "Durante o anno proximo passado fallecerão 3 alumnos, entre estes o de nome Wadjurema, Carajá, que servia de interprete no aldeamento Chambioas".<sup>59</sup> Outro aspecto que se tira disso, é que a expectativa de se ter intérpretes indígenas se concretizou em algum nível, mas não fica claro nos relatórios que o uso de indígenas como intérpretes e intermediários tenha facilitado a relação entre a sociedade brasileira e as aldeias. Joel Marin aponta que tiveram indígenas que, depois de saírem do colégio, assumiram posições de comando em suas aldeias, mas que na maioria das vezes as passagens pela escola geraram problemas de identidade.

---

<sup>57</sup> CAUME, 1997, p.114

<sup>58</sup> Idem, p.117

<sup>59</sup> Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz, pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1.º de junho de 1877, p.29

Por esta razão, os índios egressos viveram uma vida ambígua e marginal, não somente na sociedade de adoção, mas também nas aldeias de origem. Eles não se ajustavam facilmente ao modo de vida autóctone e nem conseguiam se incluir satisfatoriamente na civilização dos brancos. Já não eram mais índios, mas também não eram brancos, mas meio-índios, meio-brancos, estranhos e excluídos, tanto das sociedades tribais quanto da sociedade dominada pelos homens brancos.<sup>60</sup>

De forma geral, durante a diretoria de Couto de Magalhães, o Colégio Isabel foi aos poucos cumprindo seus objetivos. Ainda assim, mesmo com os sucessos, os resultados não refletiram em uma grande mudança na dinâmica civilizatória e no apoio à empresa de navegação. Ainda que não seja foco deste artigo, vale mencionar que após a saída de Magalhães a situação do colégio foi paulatinamente piorando até ser fechado no final da década de 1880.

## CONCLUSÃO

Ao longo desse artigo foram apresentados conceitos e ideias que fundamentassem a hipótese de que Couto de Magalhães, um político e intelectual do Império, tinha um projeto civilizador para Goiás. Como falado, no Segundo Reinado, a ideia de desenvolvimento da civilização estava intimamente ligada à concepção de progresso. Ou seja, o civilizado significava o desenvolvimento material e social, que se manifestava pelo comportamento ligado aos bons costumes, à lei, ao trabalho e à religião cristã.

Como dito, na perspectiva dual do Império, Goiás representava o não progresso, a não civilização, mas que, na lógica de conversão, poderia tornar-se. O contato direto que Magalhães teve com a realidade goiana ao ser presidente da província, além das próprias expectativas, resultaram no seu projeto civilizador. A necessidade do comércio pelo Araguaia era algo percebido por vários presidentes, mas se nota que Magalhães articulou uma defesa que se tornou sólida com o livro *Viagem ao Araguaia*, além disso, a iniciativa de criar a empresa é um indício do envolvimento com o intento. Outro aspecto que indica que Couto de Magalhães tinha um grande projeto de mudanças para

---

<sup>60</sup> MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos*, v. 13, n. 2, p. 155-167, 2009, p.166



Goiás foi a defesa da mudança de capital para Santa Leopoldina, pois acreditava que o progresso partiria da região ribeirinha.

Ainda relacionado ao projeto civilizador, os indígenas são colocados como outra peça fundamental. Enquanto os barcos a vapor significavam progresso material, a adequação dos povos indígenas aos moldes da sociedade brasileira, era o progresso social. Os indígenas que deixavam de seguir seu estilo de vida e assimilavam o comportamento dito civilizado, significava mais mão de obra e novas possibilidades de terra. Nesse sentido, a proposta de Magalhães, apesar de não se valer do extermínio físico, não deixa de ser violenta, pois refletia um extermínio cultural, em movimento típico dos oitocentos.

Em suma, Couto de Magalhães desenvolveu um projeto civilizador para Goiás que envolvia o desenvolvimento do comércio fluvial, que traria maior atratividade para a província e possibilitaria o crescimento industrial. Além disso, seguindo o mesmo projeto, pretendia levar a civilização aos povos indígenas pela educação. Um indício que tanto a empresa de navegação quanto o colégio faziam parte de um mesmo intento de Magalhães, ou seja, levar a civilização para Goiás, é que ele deixou a diretoria de ambos na mesma época.

Ainda que tenha havido sucessos, o projeto civilizador de Magalhães não alcançou todos os impactos esperados, que seria uma grande mudança para a Província de Goiás. Além disso, tanto a empresa quanto a escola foram paulatinamente decaindo após a saída de Couto de Magalhães, até serem fechadas. Esse fato mostra um indício de como não só a iniciativa, mas também a manutenção do projeto estavam relacionadas às articulações do próprio Magalhães.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS

MAGALHÃES, Couto de. O Selvagem. Typ. da Reforma. Rio de Janeiro. 1876. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182909>. Acesso em: 29 de junho de 2023

MAGALHÃES, Couto de. Viagem ao Araguaia. Ed. Nacional. 1938. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/106>. Acesso em: 29 de junho de 2023

JARDIM, Joaquim R. de M. Carta da província de Goyaz. Rio de Janeiro, RJ: Lith. a Vapor P. Robin, 1875. 1 mapa, 70 x 50. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart176010/cart176010.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart176010/cart176010.html). Acesso em: 23 de novembro de 2023

Relatorio que o exm. sr. desembargador João Bonifacio Gomes de Siqueira, 1o vice-presidente da provincia de Goyaz, leu na abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia no dia 1o de setembro de 1868. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item\\_id=3419#?c=4&m=45&s=0&cv=5&r=0&xywh=-1373%2C0%2C4744%2C3346](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item_id=3419#?c=4&m=45&s=0&cv=5&r=0&xywh=-1373%2C0%2C4744%2C3346). Acesso em: 13 de julho de 2023

Relatorio que o exm. sr. dr. Ernesto Augusto Pereira, presidente da provincia de Goyaz, leu na abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia a 1.o de junho de 1869. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item\\_id=3419#?m=46&c=4&s=0&cv=31&r=0&xywh=-1464%2C0%2C4879%2C3441](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item_id=3419#?m=46&c=4&s=0&cv=31&r=0&xywh=-1464%2C0%2C4879%2C3441). Acesso em: 20 de novembro de 2023

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz a 1o de agosto de 1870 pelo exm. presidente da provincia, dr. Ernesto Augusto Pereira. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item\\_id=3421#?c=4&m=47&s=0&cv=7&r=0&xywh=43%2C-40%2C2338%2C1650](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item_id=3421#?c=4&m=47&s=0&cv=7&r=0&xywh=43%2C-40%2C2338%2C1650). Acesso em: 13 de julho de 2023

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em o 1.o de julho de 1871. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item\\_id=3422#?c=4&m=49&s=0&cv=10&r=0&xywh=-1581%2C0%2C5081%2C3584](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item_id=3422#?c=4&m=49&s=0&cv=10&r=0&xywh=-1581%2C0%2C5081%2C3584). Acesso em: 13 de julho de 2023

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1.o de junho de 1872. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item\\_id=3422#?m=50&c=4&s=0&cv=30&r=0&xywh=-11%2C-390%2C2466%2C1740](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item_id=3422#?m=50&c=4&s=0&cv=30&r=0&xywh=-11%2C-390%2C2466%2C1740). Acesso em: 22 de novembro de 2023

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em o 1.o de junho de 1873. Disponível em: [http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms=collegio%20isabel&item\\_id=3424#?h=collegio](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms=collegio%20isabel&item_id=3424#?h=collegio)

[%20isabel&c=4&m=51&s=0&cv=0&r=0&xywh=-956%2C-1%2C3719%2C2624](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms=araguaya&item_id=3425#?h=araguaya&c=4&m=52&s=0&cv=35&r=0&xywh=-1478%2C-1%2C5067%2C3575).

Acesso em: 22 de novembro de 2023

Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Goyaz, pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1.o de junho de 1874. Disponível em:

[http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms=araguaya&item\\_id=3425#?h=araguaya&c=4&m=52&s=0&cv=35&r=0&xywh=-1478%2C-1%2C5067%2C3575](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms=araguaya&item_id=3425#?h=araguaya&c=4&m=52&s=0&cv=35&r=0&xywh=-1478%2C-1%2C5067%2C3575). Acesso em: 13 de julho de 2023

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo exm.o sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1.o de junho de 1875. Disponível em:

[http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms=collegio%20isabel&item\\_id=3426#?h=collegio%20isabel&c=4&m=53&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1002%2C-1%2C3922%2C2767](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms=collegio%20isabel&item_id=3426#?h=collegio%20isabel&c=4&m=53&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1002%2C-1%2C3922%2C2767).

Acesso em: 13 de julho de 2023

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz, pelo exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da provincia, em 1.o de junho de 1877. Disponível em:

[http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item\\_id=3422#?m=55&c=4&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1257%2C-157%2C4432%2C3126](http://ddsnext.crl.edu/titles/168?terms&item_id=3422#?m=55&c=4&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1257%2C-157%2C4432%2C3126). Acesso em: 06 de dezembro de 2023

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Sandra Elaine Aires de. A instrução primária na província de Goiás no século XIX. 2006. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/10564>. Acesso em: 25 de set.2023

ALVES, Carla Edieni da. Rio Araguaia: de utopia de salvação à praia dos goianos. 2017. 120 f. Dissertação( Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado) - Universidade Estadual de Goiás, Campus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis,GO. Disponível em: <http://www.bdttd.ueg.br/handle/tede/1013>. Acesso em: 27 de junho de 2023

AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.

BALDUINO, Ana Paula. Educação indígena no Império: a Colônia Orfanológica Agrícola e Industrial Isabel e o projeto pedagógico dos capuchinhos (1874-1889). 2013. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/3465/2/2013%20-%20Ana%20Paula%20Balduino.pdf>

BATISTA, Alcelides. Entre corredeiras, remansos e meandros: os desafios na conquista do Araguaia. 2015. Disponível em: <http://umbu.uft.edu.br/handle/11612/1252>. Acesso em: 27 de junho de 2023

BORGES, Luiz Carlos; DE MEDINA, Manuela Brêtas; MONTEIRO, Livia Nascimento. Ciência, imaginário e civilização em Couto de Magalhães. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 5, n. 2, p. 250-266, 2012. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/291>.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira; CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. Rio Araguaia: O caminho dos sertões. **História Revista**, v. 14, n. 2, p. 7, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4852127>. Acesso em: 27 de junho de 2023

CAUME, David J. A história de uma escola para índios: Colégio Isabel (Goiás, 1870-1888). *Inter-Ação, Goiás*, v. 21, n.1-2, p.97-124, jan./dez.1997.

COSER, Ivo. Civilização e sertão no pensamento social do século XIX. **Caderno CRH**, v. 18, n. 44, 2005.

DE AZEVEDO, André Nunes. Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico. **Intellèctus**, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/17318/12773>. Acesso em: 15 de jul. 2023

KARASCH, Mary, Catequese e cativo: Política indigenista em Goiás, 1780-1889. Cunha, Manuela Carneira da (org.). *História dos índios no Brasil*. p. 297-412. São Paulo. Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP. 1992. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/hist:p397-412>. Acesso em: 12 de dez. 2023

KODAMA, Kaori. Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, p. 253-272, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/RyxnVMZSmVWZnq466Y4D7xJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 de jul. 2023

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos*, v. 13, n. 2, p. 155-167, 2009. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5084/2344>. Acesso em: 27 de junho de 2023

MONTEIRO, John M. Tupis, tapuias e historiadores. *Estudos de História Indígena e do Indigenismo*, 2001. Capítulos 7 e 8. Disponível em: <http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-12944.pdf>. Acesso em: 27 de junho de 2023

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista brasileira de História*, v. 30, p. 53-72, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/wfkXp5kT5S46RBCcXDxBt7p/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 de junho de 2023

ROCHA, Leandro Mendes. A política indigenista em Goiás: 1850-1889. 1988. 275 f., il. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/43427>. Acesso em: 27 de junho de 2023

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. O Brasil Imperial (1808-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, p. 175-206, 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/6146471/Politica\\_Indigenista\\_no\\_Brasil\\_Imperial\\_Versao\\_PDF.pdf](https://www.academia.edu/download/6146471/Politica_Indigenista_no_Brasil_Imperial_Versao_PDF.pdf). Acesso em: 27 de junho de 2023

SANTA CRUZ, Fábio S. Província Imensa e Distante: Goiás de 1821 a 1889. Paco e Littera, 2019.

SANTOS, Carcius Azevedo dos. Araguaia-natureza, Araguaia-projeto: paisagens socioambientais em Couto de Magalhães, século XIX. 2009. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/2408>. Acesso em: 27 de junho de 2023

SENA, Custódia Selma. Uma narrativa mítica do sertão. En: Avá, nº 17. 2014. Disponível em: <https://argos.fhycs.unam.edu.ar/handle/123456789/246>.

TURIN, Rodrigo. O "selvagem" entre dois tempos: a escrita etnográfica de Couto de Magalhães. Varia Historia, v. 28, p. 781-803, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/TQLq45YRWxkr7fFnDmV4Pfb/>. Acesso em: 17 de jul. 2023